

ÍNDICE GERAL

Prefácio da 12ª edição	11
Abreviaturas	13

PARTE I. DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I. As fontes de direito do trabalho	
1. Noção de fonte em sentido técnico-jurídico	17
2. Fontes internas <i>jus</i> laborais	17
2.1. A Constituição	17
2.2. Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	18
2.2.1. Relações entre fontes de regulação	19
2.2. Os usos	20

CAPÍTULO II. Relação jurídico-laboral privada	
1. Relação jurídico-laboral	23
2. Definição de contrato de trabalho	24
3. Características do contrato de trabalho	26
3.1. Consensualismo ou a liberdade da forma	26
3.2. Onerosidade	27
3.3. Sinalagmaticidade atípica do contrato de trabalho	27
3.4. Natureza duradoura de execução continuada	28
3.5. <i>Intuitu personae</i>	29
3.6. Caráter nominado	30
3.7. Puro ou simples	31
3.8. Natureza não real	31
4. Presunção da laboralidade	31
5. Contrato de trabalho como contrato de adesão	35
5.1. Contratos de adesão	35
5.2. Contrato de trabalho como contrato de adesão	37

CAPÍTULO III. Modalidades da contratação individual	
Nota prévia: Informação sobre aspectos relevantes do contrato de trabalho	39
1. Contrato de duração indeterminada ou sem termo	43
2. Precariedade laboral	44
2.1. Contratos de trabalho a termo	44
2.1.1. Definição de contrato de trabalho a termo	44

2.1.2. Admissibilidade, motivação e justificação	45
2.1.3. Omissão dos requisitos formais e substanciais do contrato a termo	46
2.1.4. Sucessão de contrato de trabalho a termo	47
2.2. Contrato de trabalho a termo certo	49
2.2.1. Admissibilidade	49
2.2.2. Duração	52
2.2.3. Renovação contratual	53
2.2.4. Caducidade contratual	54
2.3. Contrato de trabalho a termo incerto	55
2.3.1. Admissibilidade	55
2.3.2. Caducidade contratual	56
2.4. A conversão contratual invertida	57
3. Contrato de trabalho parcial	58
3.1. Noção	58
3.2. Regimes especiais	60
3.3. Regime de preferências	62
3.4. Forma e formalidades	63
3.5. Retribuição	65
3.6. Passagem a tempo completo	66
3.7. Deveres do empregador	68
4. Contrato de trabalho intermitente	69
4.1. Noção	69
4.2. Forma e formalidades	70
4.3. Duração	70
4.4. Retribuição	70
5. Contrato em comissão de serviço	71
5.1. Noção	71
5.2. Objetivos	73
5.3. Forma e formalidades	74
5.4. Cessação da comissão de serviço	75
5.5. Efeitos da cessação da comissão de serviço	76
6. Contrato de teletrabalho	77
6.1. Noção	77
6.2. Regime jurídico	79
6.3. Direito ao regime de teletrabalho	81
6.4. Duração e cessação do acordo de teletrabalho	83
6.5. Equipamentos e sistemas	84

6.6. Organização, direção e controlo do trabalho	86
6.7. Privacidade do trabalhador em regime de teletrabalho	87
6.8. Organização, direção e controlo do trabalho	89
6.9. Deveres especiais	90
7. Contrato de trabalho temporário	91
7.1. Enquadramento	91
7.2. Noções	91
7.3. Disposições gerais	92
7.4. Contrato de utilização de trabalho temporário	93
7.4.1. Admissibilidade	93
7.4.2. Forma e conteúdo	94
7.4.3. Duração	95
7.4.4. Proibição de contratos sucessivos	95
7.5. Contrato de trabalho temporário	96
7.5.1. Admissibilidade	96
7.5.2. Forma e conteúdo	96
7.5.3. Duração	97
7.6. Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	98
8. Período experimental	99
8.1. Natureza	99
8.2. Exclusão e redução	101
8.3. Duração	103
 CAPÍTULO IV. Regime jurídico dos feriados, férias e faltas	
1. Feriados	105
1.1. Feriados obrigatórios	105
1.2. Feriados facultativos	106
2. Férias	106
2.1. Direito	106
2.2. Aquisição, vencimento e gozo	107
2.3. Regime especial no ano de admissão	108
2.4. Marcação, interrupção, adiamento e suspensão	110
2.5. Retribuição de férias	113
2.6. Suspensão do contrato por impedimento prolongado e a sua repercussão no direito a férias	114
2.7. Cessação do contrato de trabalho e sua repercussão no direito a férias	114
2.7.1. Regime geral de cessação	114
2.7.2. Regime especial de cessação	115

3. Faltas	116
3.1. Noção	116
3.2. Tipologia legal das faltas justificadas	117
3.3. Comunicação e prova	125
3.4. Efeitos das faltas justificadas	127
3.5. Efeitos das faltas injustificadas	127

CAPÍTULO V. Tempo de trabalho

1. Horário de trabalho	129
1.1. Considerações gerais	129
1.2. Alteração do horário de trabalho	131
2. Limites da duração do período normal de trabalho	132
2.1. Limites máximos do período normal de trabalho	132
2.2. Adaptabilidade do horário de trabalho	132
2.2.1. Adaptabilidade por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	132
2.2.2. Adaptabilidade individual	133
2.2.3. Adaptabilidade grupal	134
2.3. Banco de horas	136
2.3.1. Nota prévia	136
2.3.2. Banco de horas por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	137
2.3.3. Banco de horas grupal	137
2.4. Horário concentrado	141
2.5. Isenção de horário de trabalho	142
2.6. Trabalho por turnos	143
2.7. Trabalho noturno	144
2.8. Trabalho suplementar	145
3. Regimes especiais	147

CAPÍTULO VI. Retribuição

1. Noção	151
2. Prestações incluídas ou excluídas do conceito de retribuição	152
3. Prestações retributivas complementares em espécie	154
4. Prestações complementares em dinheiro	155
4.1. Retribuição e subsídio de férias	155
4.2. Subsídio de Natal	155
4.3. Retribuição por isenção de horário de trabalho	157

4.4. Pagamento de trabalho noturno	157
4.5. Pagamento de trabalho suplementar	158
4.6. Prestações relativas a dia feriado	159
5. A igualdade de tratamento em matéria retributiva	159
6. Tempo do cumprimento	159
7. Princípios fundamentais da retribuição	160
7.1. Princípio da irredutibilidade da retribuição	160
7.2. Princípio da inadmissibilidade da compensação integral	160
7.3. Princípio da impenhorabilidade parcial	161
7.4. Princípio da irrenunciabilidade da retribuição	161
7.5. Princípio da imprescritibilidade dos créditos retributivos na vigência do contrato de trabalho	161
7.6. Princípio da continuidade	162
8. Caráter alimentício da retribuição	162
9. Os créditos retributivos como créditos privilegiados	162
10. Fundo de garantia salarial	164
CAPÍTULO VII. Atividade do trabalhador	
1. Noção e delimitação jurídica	167
2. Mudança para categoria inferior	169
3. Mobilidade funcional	171
CAPÍTULO VIII. Local de trabalho	
1. Nota prévia	175
2. Transferência do trabalhador	175
2.1. Transferência definitiva	175
2.2. Transferência temporária	178
2.3. Transferência a pedido do trabalhador vítima de violência doméstica	179
CAPÍTULO IX. Transmissão de empresa ou estabelecimento	
1. Requisitos e procedimento da transmissão	181
2. Direito de oposição do trabalhador	184
CAPÍTULO X. Redução da atividade e suspensão de contrato de trabalho	
1. Regime geral da redução ou suspensão	187
2. Suspensão de contrato de trabalho por facto respeitante a trabalhador	188
3. Redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador	189

3.1. Situações de crise empresarial	189
3.2. Encerramento e diminuição temporários de atividade	191
CAPÍTULO XI. Cessação do contrato de trabalho	
1. Considerações preliminares	193
2. Caducidade	194
2.1. Causas de caducidade	194
2.2. Morte de empregador, extinção de pessoa coletiva ou encerramento de empresa	196
2.3. Insolvência e recuperação de empresa	197
3. Revogação	198
3.1. Considerações preliminares	198
3.2. Cessação do acordo de revogação	200
3.3. A revogação como despedimento negociado e o direito a subsídio de desemprego	201
4. Despedimento	203
4.1. O despedimento disciplinar (despedimento por facto imputável ao trabalhador)	203
4.1.1. O conceito de justa causa	203
4.1.2. Deveres do trabalhador	204
4.1.3. A violação dos deveres contratuais ou legais	207
4.1.4. Prazos prescricionais da infração disciplinar e prazo de caducidade do procedimento disciplinar	209
4.1.5. Procedimento de despedimento	211
4.1.6. O procedimento disciplinar nas microempresas	216
4.1.7. Ilicitude do despedimento	217
4.2. Despedimento coletivo	218
4.2.1. Noção	218
4.2.2. Procedimento	219
4.2.3. Direitos do trabalhador	223
4.2.4. Ilicitude do despedimento	226
4.3. Despedimento por extinção de posto de trabalho	227
4.3.1. Noção	227
4.3.2. Requisitos	227
4.3.3. Critérios de determinação do posto de trabalho a extinguir	228
4.3.4. Procedimento	229
4.3.5. Direitos do trabalhador	231
4.3.6. Ilicitude do despedimento	231

4.4. Despedimento por inadaptação	232
4.4.1. Noção	232
4.4.2. Tipos de inadaptação	232
4.4.3. Procedimento	237
4.4.4. Direitos do trabalhador	239
4.4.5. Ilicitude do despedimento	239
4.5. A suspensão judicial do despedimento	240
4.6. Efeitos da ilicitude do despedimento	240
4.6.1. Regime geral	240
4.6.2. Regimes especiais	242
4.6.3. Oposição à reintegração	242
4.6.4. Despedimento no caso de contrato de trabalho a termo	244
4.7. Prazo de impugnação do despedimento	244
5. Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador	245
5.1. Considerações preliminares	245
5.2. Procedimento	248
5.3. A indemnização/compensação devida pela resolução contratual	249
5.4. Revogação da resolução	249
5.5. Impugnação da resolução	249
6. Denúncia	250
CAPÍTULO XII. Direitos de personalidade do trabalhador	
1. Considerações prévias	253
2. Liberdade de expressão e de opinião	253
3. Integridade física e moral	254
4. Assédio	255
4.1. Considerações gerais	255
4.2. Estratégia e forma de assédio	256
4.3. Comportamento instantâneo ou duradouro	257
4.4. Assédio como doença profissional	258
4.5. Motivação para resolução contratual com justa causa subjetiva	258
4.6. Direito à reserva da intimidade da vida privada	258
5. Proteção de dados pessoais	259
6. Testes e exames médicos	263
7. Testes de despistagem de consumo de álcool ou droga	265
8. Dados biométricos	266
9. Meios de vigilância à distância	267
10. Confidencialidade de mensagens e de acesso a informação	270

CAPÍTULO XIII. Igualdade e não discriminação	273
 PARTE II. PROCESSO DO TRABALHO	
CAPÍTULO I. A jurisdição laboral	277
 CAPÍTULO II. Os princípios do direito processual laboral	
1. Nota prévia	285
2. Princípio da justiça célere	285
3. Princípio da justiça pacificadora	286
4. Princípio da justiça completa	286
 CAPÍTULO III. Os princípios comuns ao direito processual civil	
1. Princípio da justiça	287
2. Direito de acesso à justiça	287
3. Princípio do inquisitório	287
4. Princípio da igualdade das partes	287
5. Princípio do prazo razoável	287
6. Princípio da publicidade	288
7. Princípio da livre apreciação da prova	288
8. Princípio da fundamentação	288
9. Princípio da adequação formal	288
10. Princípio da imparcialidade do tribunal	288
11. Princípio do contraditório	289
12. Princípio da boa fé	289
13. Princípio da cooperação	289
14. Princípio da aquisição processual	289
15. Princípio da celeridade	289
16. Princípio da continuidade da audiência	289
17. Princípio da imediação	290
 CAPÍTULO IV. A conciliação	 291
 CAPÍTULO V. A mediação laboral	
1. Considerações gerais	293
2. Princípios	294
2.1. Princípio da voluntariedade	294
2.2. Princípio da confidencialidade	294
2.3. Princípio da igualdade	294

2.4. Princípio da imparcialidade	294
2.5. Princípio da independência	294
2.6. Princípio da responsabilidade	295
2.7. Princípio da executoriedade	295
3. Remessa para mediação	295
4. Mediadores	296
5. Competência	296
 CAPÍTULO VI. A condenação <i>extra vel ultra petitem</i>	 299
 CAPÍTULO VII. Os pressupostos processuais	
1. Capacidade judiciária	301
1.1. Nota prévia	301
1.2. Capacidade judiciária dos menores	301
1.3. Capacidade judiciária das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores	302
2. Legitimidade	303
2.1. Nota prévia	303
2.2. Legitimidade processual das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores e de associações de empregadores	303
2.2.1. Legitimidade das associações sindicais	303
2.2.2. Legitimidade das comissões de trabalhadores	305
2.3. Litisconsórcio	307
3. Competência	308
3.1. Competência internacional	308
3.1.1. Diplomas internacionais e comunitários	308
3.1.2. As normas internas	309
3.1.3. Os pactos de jurisdição	310
3.1.4. A violação das regras da competência internacional	310
3.2. Competência interna	311
3.2.1. Competência em razão da hierarquia	311
3.2.2. Competência territorial	311
3.2.3. Competência material	313
3.2.4. Pactos de desaforamento	318
 CAPÍTULO VIII. Os procedimentos cautelares laborais	
1. Procedimento cautelar comum	321

2. Procedimentos cautelares especificados (em especial o de suspensão do despedimento)	322
2.1. Nota prévia	322
2.2. Suspensão de despedimento	322
2.2.1. Requerimento inicial	322
2.2.2. Prova	323
2.2.3. Audiência final	323
2.2.4. Falta de comparência	324
2.2.5. Falta de apresentação do procedimento disciplinar ou dos documentos comprovativos das formalidades exigidas	324
2.2.6. Decisão final	325
2.2.7. Recursos	326
2.2.8. Caducidade da providência	327
3. Os procedimentos cautelares especificados do CPC aplicáveis no foro laboral	327
4. A inversão do contencioso	328

CAPÍTULO IX. Espécies e formas de processo

1. Processo declarativo e executivo	331
2. Processo comum e especial	331

CAPÍTULO X. A tramitação do processo declarativo comum

1. Petição inicial	333
1.1. Estrutura	333
1.2. Requisitos	333
1.3. Modo de apresentação	335
1.4. Recusa da petição inicial pela secretaria	336
1.5. Despacho liminar	336
2. Audiência de partes	338
3. Contestação	340
3.1. Modalidades de defesa	340
3.2. Prazo	341
3.3. Ónus de impugnação e revelia	342
3.4. Elementos e instrução	342
3.5. Notificação da contestação ao autor	343
3.6. Reconvenção ou pedido reconvenicional	344
4. Resposta	345
4.1. Admissibilidade	345

4.2. Prazos	346
4.3. Ônus de impugnação	347
5. Articulados supervenientes	347
5.1. Admissibilidade	347
5.2. Momento de apresentação	348
5.3. Modo de apresentação	348
5.4. Despacho liminar	349
5.5. Resposta	349
6. Saneamento	349
7. Audiência prévia	350
7.1. Admissibilidade	350
7.2. Prazo	350
7.3. Finalidades	351
7.4. Falta de comparência	352
8. Despacho saneador	352
9. Instrução	353
9.1. Nota prévia	353
9.2. Prova	353
9.2.1. Prova documental	354
9.2.2. Depoimento de parte	354
9.2.3. Declarações de parte	354
9.2.4. Prova pericial	354
9.2.5. Inspeção judicial	355
9.2.6. Prova testemunhal	355
10. Audiência final	357
10.1. Tramitação prévia à produção da prova	357
10.2. Produção da prova e ampliação dos temas da prova	357
10.3. Discussão	358
10.4. Falta de comparência	358
10.5. Motivos de adiamento	359
11. Sentença	359
11.1. Noção	359
11.2. Formalidades	360
11.3. Prazo	360
11.4. Causas de nulidade	361
11.5. Esclarecimento ou reforma da sentença	362
11.6. Notificação	362
11.7. Caso julgado	362

CAPÍTULO XI. A ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento

1. Considerações prévias	365
1.1. Âmbito	365
1.2. Erro na forma do processo	366
1.3. Constituição de advogado	366
1.4. Tribunal competente	367
1.5. Valor da causa	367
1.6. Custas	367
2. Formulário	368
2.1. Formulário e respetivo preenchimento	368
2.2. Recusa pela secretaria	369
3. Audiência de partes	370
3.1. Tramitação	370
3.2. Falta do trabalhador	370
3.3. Falta do empregador	371
3.4. Falta de ambas as partes	373
4. Articulado do empregador e contestação do trabalhador	373
4.1. Articulado do empregador	373
4.2. O articulado do trabalhador (contestação)	375
4.3. Resposta	376
5. Termos posteriores aos articulados	377
5.1. Exceção	377
5.2. Apreciação de vícios formais/pronúncia sobre os fundamentos	377
6. Pagamento de retribuições intercalares pelo Estado	378
6.1. Aspetos gerais	378
6.2. Períodos não incluídos no prazo de 12 meses	379
6.3. Deduções	379

CAPÍTULO XII. Processo especial emergente de acidente de trabalho

1. Fase conciliatória	381
2. Fase contenciosa	382
2.1. Início	382
2.2. Desdobramento do processo	382
2.3. Petição inicial e requerimento de junta médica	382
2.4. Junta médica	383
2.5. Valor da causa	384
2.6. Pensão ou indemnização provisória	384

2.6.1. Pensão ou indenização provisória em caso de acordo	384
2.6.2. Pensão ou indenização provisória em caso de falta de acordo	385
2.6.3. Irrecorribilidade e imediata exequibilidade da decisão	385
2.7. Citação	385
2.8. Contestação	385
2.9. Despacho saneador	386
2.10. Tramitação subsequente	387
3. Reforma do pedido em caso de falecimento do autor	387
4. Revisão da incapacidade ou da pensão	388
4.1. Revisão da incapacidade em juízo	388
4.2. Discussão da responsabilidade do agravamento	389
4.3. Revisão da pensão dos beneficiários legais	390
5. Remição de pensões e respetivo cálculo	390
5.1. Considerações gerais	390
5.2. Remição facultativa	391
5.3. Remição obrigatória	392
5.4. Entrega do capital	392
 CAPÍTULO XIII. Processo de impugnação de despedimento coletivo	
1. Nota prévia	393
2. Articulados	393
3. Assessoria técnica e audiência prévia	395
4. Audiência prévia e audiência final	396
 CAPÍTULO XIV. A ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	
1. Considerações gerais	399
2. Início da instância	399
3. Petição inicial e contestação	400
4. Termos posteriores aos articulados	401
5. Julgamento	401
6. Sentença	402
7. Recurso	402
8. Valor da causa	402
9. Prazos do Código do Trabalho	403
10. Procedimento cautelar de suspensão de despedimento	403
 CAPÍTULO XV. Recursos	
1. Noção	405

2. Espécies ou modalidades	405
2.1. Os recursos ordinários	405
2.1.1. O recurso de apelação	405
2.1.2. O recurso de revista	405
2.2. Os recursos extraordinários	406
2.2.1. O recurso para uniformização de jurisprudência	406
2.2.2. O recurso de revisão	406
3. Legitimidade	406
4. Prazos	407
5. Modo de interposição	408
6. Decisões que admitem sempre recurso	409
7. Recurso de apelação	410
8. Efeitos, subida e julgamento dos recursos	411
8.1. Subida	411
8.2. Efeitos	412
8.3. Julgamento	413

CAPÍTULO XVI. Execução

1. Considerações gerais	415
2. Títulos executivos	415
3. Espécies de execuções, consoante o seu fim	416
4. Tramitação	416
4.1. Nota prévia	416
4.2. A tramitação própria (ou a falta dela)	417
5. Execução de direitos irrenunciáveis	417

PORTE III. RESPONSABILIDADE PENAL E RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL

CAPÍTULO I. Responsabilidade penal

1. Considerações preliminares	419
2. Alguns princípios do direito penal	420
2.1. Princípio da legalidade	420
2.2. Princípio da não retroatividade da lei penal	420
2.3. Princípio da proibição da analogia	420
2.4. Princípio da aplicação da lei (ou do regime) mais favorável	421
3. Sujeitos dos crimes laborais	421
4. Alguns exemplos de tipos de crime direta ou indiretamente conectados ou conectáveis com o direito do trabalho	421

4.1. No Código Penal	421
4.2. No Código do Trabalho	421
CAPÍTULO II. Responsabilidade contraordenacional	
1. Considerações preliminares	423
2. Princípios	423
2.1. Princípio da legalidade	423
2.2. Princípio da não retroatividade da lei	423
2.3. Princípio da aplicação da lei (ou do regime) mais favorável	424
3. Sujeitos	424
4. Sanções e coimas	425
PARTE IV. MINUTAS	
CAPÍTULO I. Contratos de trabalho	
– Contrato sem termo	429
– Contrato a termo certo	435
– Acordo de renovação de contrato a termo certo	441
– Contrato a termo incerto	444
– Contrato de trabalho com pluralidade de empregadores	450
– Contrato de cedência ocasional de trabalhador	456
– Contrato de trabalho temporário	460
– Contrato de trabalho doméstico	466
– Contrato de trabalho com estrangeiro	470
– Anexo de identificação de beneficiário de pensão	475
– Contrato de trabalho em comissão de serviço	476
CAPÍTULO II. Caducidade e denúncia	
– Declaração de denúncia durante o período experimental	481
– Comunicação de caducidade do contrato de trabalho a termo certo, por parte do empregador	482
– Comunicação de caducidade de contrato de trabalho a termo certo, por parte do trabalhador	483
– Comunicação de caducidade de contrato de trabalho a termo incerto, por parte do empregador	484
– Declaração de denúncia de contrato de trabalho sem termo por parte do trabalhador	485
– Declaração de cessação de contrato de trabalho pelo empregador em virtude de abandono do trabalho	486

CAPÍTULO III. Revogação

- Acordo de revogação de contrato de trabalho 487
- Declaração de cessação do acordo revogatório de contrato de trabalho 490

CAPÍTULO IV. Suspensão

1. Suspensão do contrato de trabalho com base no não pagamento pontual da retribuição 491
 - Comunicação ao empregador 491
2. Suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador 492
 - Comunicação de intenção de suspensão do contrato de trabalho 492
 - Ata de reunião de negociação 495
 - Comunicação de intenção de suspensão do contrato de trabalho 497
 - Informações a prestar ao trabalhador 498
 - Comunicação à comissão de trabalhadores 499
 - Comunicação à segurança social 500
 - Relação de trabalhadores e medidas individualmente adotadas, com indicação das datas de início e termo da aplicação 501

CAPÍTULO V. Resolução

1. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento não culposo do empregador (transferência para outro local de trabalho) 503
 - Carta de resolução 503
2. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento não culposo do empregador (necessidade de cumprimento de obrigações legais incompatíveis com a continuação ao serviço) 505
 - Carta de resolução 505
3. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador (falta culposa do pagamento pontual da retribuição) 506
 - Carta de resolução 506
4. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador (condições de segurança e saúde no trabalho) 508
 - Carta de resolução 508
5. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador 510
 - 5.1. Declaração 510
 - Declaração 510
 - 5.2. Impugnação judicial da resolução 512

– Petição inicial	512
– Contestação	518
CAPÍTULO VI. Despedimentos	
1. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	525
– Auto de ocorrência	525
– Termo de abertura	526
– Carta de notificação de testemunhas	527
– Auto de declaração de convocação pessoal de testemunhas	528
– Auto de inquirição de testemunhas	529
– Auto de inquirição de testemunhas	530
– Auto de inquirição de testemunhas	531
– Relatório preliminar	532
– Nota de culpa	534
– Carta de notificação da nota de culpa com a respetiva intenção de despedimento	536
– Carta de remessa de cópia da comunicação da intenção de despedimento e da nota de culpa à comissão de trabalhadores	537
– Termo de entrega da comunicação de despedimento e da nota de culpa	538
– Carta a enviar resposta à nota de culpa	539
– Resposta à nota de culpa	540
– Carta de notificação do trabalhador da data e local designados para inquirição das testemunhas por si arroladas	542
– Carta do trabalhador a solicitar nova data para inquirição de testemunha por si arrolada	543
– Auto de inquirição de testemunhas	544
– Carta de apresentação de cópia integral do procedimento disciplinar à comissão de trabalhadores	545
– Decisão de despedimento	546
– Carta de comunicação da decisão ao trabalhador	550
– Carta de remessa de cópia da decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	551
2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	552
– Comunicação à comissão de trabalhadores da necessidade de extinguir o posto de trabalho e de despedir o trabalhador envolvido	552
– Carta a comunicar ao trabalhador envolvido a necessidade de extinguir o posto de trabalho e de proceder ao seu despedimento	554
– Carta a enviar parecer do trabalhador	556

– Parecer do trabalhador	557
– Decisão	558
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	560
– Carta a enviar cópia de decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	561
– Carta a enviar cópia de decisão de despedimento à Autoridade para as Condições de Trabalho	562
3. Despedimento por Inadaptação	563
– Carta a comunicar ao trabalhador abrangido a intenção de proceder ao despedimento	563
– Carta a comunicar à comissão de trabalhadores a intenção de proceder ao despedimento	566
– Parecer do trabalhador	569
– Decisão	571
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	574
– Carta a comunicar a decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	575
– Carta a comunicar a decisão de despedimento à Autoridade para as Condições de Trabalho	576
4. Despedimento Coletivo	577
– Comunicação à comissão de trabalhadores da intenção de proceder a despedimento coletivo e convocação para reunião de negociação	577
– Carta de envio de cópia de comunicação da intenção de proceder a despedimento coletivo	585
– Ata de reunião de negociação	586
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	587
– Carta de envio de ata das reuniões de negociação e relação dos trabalhadores à Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	592
– Carta de envio de relação à comissão de trabalhadores	593
 CAPÍTULO VII. Ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento	
– Articulado do empregador	595
– Contestação com reconvenção	601
 CAPÍTULO VIII. Processo de insolvência	
– Petição inicial de ação de insolvência	607
– Reclamação de créditos	611

CAPÍTULO IX. Ação declarativa sob a forma de processo comum	
– Petição inicial	615
– Contestação	619
Bibliografia	623
Índice Geral	631